



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,  
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

**Relatório de Audiência**

**Dia:** 04 de dezembro de 2019

**Hora:** 15h00

**N.º** [1/XIV \(1.ª\)](#)

**ENTIDADE:** Associação Portuguesa de Formadores (APF), representada pelas Dras. Susana Jorge e Gabriela Serrão (Presidente e Vice-Presidente da APF)

**ASSUNTO:** Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP)

**Recebida pela Mesa e Coordenadores [Senhores Deputados Fernando Ruas, António Gameiro, Pedro Sousa e Vera Braz (PS), Isaura Morais e José Cancela Moura (PSD), Joana Mortágua (BE), Paula Santos (PCP), Bebiana Cunha (PAN) e João Cotrim de Figueiredo (IL)]**

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado **Fernando Ruas (PSD)**, que presidiu à reunião de Mesa e Coordenadores, cumprimentou as requerentes da audiência presentes, explicou a metodologia adotada e deu-lhes de seguida a palavra para exporem os motivos pelos quais solicitaram aquela audiência.

As requerentes da audiência agradeceram a oportunidade de serem ouvidas de novo na Assembleia da República, pela primeira vez na 13.ª Comissão, sobre uma situação que lhes tem causado muita preocupação, relacionada com a regularização dos vínculos dos formadores do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), que em 2019 celebra 40 anos de atividade. Realçaram que o IEFP tem 30 centros de formação, espalhados pelo país, nos quais existem dois tipos de formadores: os da componente base, que fazem a certificação escolar, e os da tecnológica, que fazem a qualificação profissional. A partir de 2013, esta divisão foi mais notória por ter sido criada a nível nacional uma bolsa de formadores, com o objetivo de dar resposta aos professores que tinham horário zero e que foram colocados nos centros de formação do IEFP. Para além desses concorreram também professores contratados bem como formadores, que foram muito penalizados porque a contagem de tempo de serviço não foi igual para todos.

Prosseguiram dizendo que, no final de 2012, os candidatos tiveram três dias para concorrerem a um concurso que poderia mudar as suas vidas, e que mudou de tal maneira que muitos dos formadores ficaram de fora, sem direito a subsídio de desemprego. No final de 2015, abriu novo concurso para a



bolsa de formadores do IEFP para o triénio 2015/2018, para contratos anuais a recibos verdes.

Em 2016, o IEFP identifica 869 vagas para formadores da base, da componente escolar; em 2017, esse número é de 807 vagas. No PREVPAP, só da base, irão ser regularizados 265, pelo que está em causa uma diferença muito grande.

Na anterior Legislatura, foram identificados 3888 formadores no IEFP. Com o PREVPAP foi-lhes dada a oportunidade de apresentarem requerimentos: foram entregues cerca de 2000 requerimentos de formadores. As CAB (Comissões de Avaliação Bipartida) são constituídas e em maio de 2018 são publicadas listas de excluídos e com parecer não favorável, das quais reclamaram porque continham dados errados. Em novembro do mesmo ano, foram emitidos 1199 pareceres favoráveis, pelo que 801 ficaram de fora.

O IEFP identifica 507 vagas, que preenche da seguinte forma: se um formador tiver 1000 horas em cada um dos anos de referência (2015, 2016 e 2017), tem direito a uma vaga mas se tiver 4000 horas nos três anos e num apenas 999 horas já não tem direito a uma vaga. Sucede que em 2016 o Orçamento do Estado foi aprovado tardiamente, o que explica que a formação tenha começado mais tarde e que haja formadores com menos de 1000 horas. Concluiu dizendo que há 692 formadores com parecer favorável que vão ficar de fora.

Intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados **Vera Braz (PS)**, que agradeceu a exposição e esclareceu que o GP do PS sabe das dificuldades que têm sentido e que importa aguardar a posição do Governo a esse respeito; **Isaura Morais (PSD)**, que cumprimentou e agradeceu a presença. Registou estar em causa uma situação relativa aos formadores do IEFP, que motivou um debate temático no Plenário da Assembleia da República há cerca de duas semanas e que contou com a presença da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Relativamente aos 801 formadores que ficaram de fora, quis saber qual o fundamento dos pareceres negativos; **Joana Mortágua (BE)**, que esclareceu que o Bloco de Esquerda lutou muito pelo programa de regularização de vínculos, que foi aplicado de forma diferente nos vários organismos do Estado. Opinou que, no IEFP, pela discrepância entre o número de vagas e de candidatos, poderá haver situações de injustiça. Por essa razão, o GP do BE está preocupado em desenvolver todos os esforços para que haja a abertura de concursos que integrem o maior número de pessoas possível, reduzindo dessa forma as injustiças verificadas e terminando com a precariedade e com os recibos verdes no IEFP; **Paula Santos (PCP)**, que cumprimentou e agradeceu a vinda à AR. Opinou que a situação descrita não deveria acontecer aos formadores do IEFP que desempenham funções permanentes, que são muitos. Disse que o GP do PCP também lutou na Legislatura passada para que houvesse a regularização de vínculos precários, que apresentou um conjunto de perguntas relativamente às quais não obteve qualquer resposta por parte do Governo. Continuarão a intervir de modo a que a cada função permanente corresponda um contrato de trabalho efetivo, o que é de elementar justiça; **Bebiana Cunha (PAN)**, que saudou as requerentes da audiência e disse acompanhar as preocupações evidenciadas. Considerou que há várias situações de clara injustiça e que a forma como as vagas

foram abertas subvertem o processo. Comprometeu-se a insistir para que as situações de clara injustiça se resolvam. Solicitou que, posteriormente, fossem disponibilizadas as necessidades de formadores por área geográfica; **João Cotrim de Figueiredo (IL)**, que saudou e agradeceu as informações trazidas. Começou por dizer que na anterior Legislatura não estava no Parlamento mas que, existindo uma lei, a mesma deve ser cumprida, independentemente de concordar-se ou não com ela ou de saber se era ou não expectável que sucedessem estes problemas; pediu de seguida esclarecimentos a respeito de alguns dos dados apresentados e, no que diz respeito aos formandos e ao país, referiu não ter encontrado qualquer evidência de uma avaliação sistemática da eficácia das formações e dos formadores e quando se abre uma vaga num organismo público importa que seja preenchida pelos melhores. Disse ainda que o orçamento anual destinado ao IEFP é de 890 Milhões de Euros, dos quais 243 milhões de Euros se destinam a despesas não operacionais e 142 milhões de Euros a despesas com pessoal e importava perceber se estas verbas estão a ser bem utilizadas, nomeadamente no que diz respeito às atribuições prosseguidas por aquele instituto; e **António Gameiro (PS)** – uma vez que o GP do PS não utilizou a totalidade do tempo de que dispunha -, que agradeceu a exposição feita pelas requerentes da audiência, já recebidas pelo Grupo Parlamentar do PS, e chamou a atenção para o facto de só 1199 formadores terem sido certificados pela CAB. Esclareceu que, no debate em Plenário, foi dito pela Senhora Ministra que foram abertas 507 vagas mas que estava a ser ponderada a situação de pessoas que tiveram parecer favorável face a necessidades de trabalho permanente.

Na resposta aos pedidos de esclarecimentos, foram avançadas as seguintes ideias:

- desconhecem por que razão houve pessoas que não concorreram mas se um chefe diz para não concorrer, o visado não o faz;
- a formação nunca vai deixar de ser necessária, porque também é ministrada a ativos empregados e não apenas a desempregados;
- os pareceres só foram favoráveis para os que tinham 1000 horas; não se olhou às pessoas mas às horas;
- a formação vale a pena porque há muitos formandos que aproveitaram para mudar de vida;
- há equipas de formação a tempo inteiro;
- algumas questões têm de ser colocadas ao IEFP;
- importa que cada parecer favorável permita a regularização da situação daquele formador.

O Senhor Presidente cumprimentou as requerentes da audiência, agradecendo a sua presença e fazendo votos de que os problemas assinalados possam vir a ser resolvidos.

A audiência foi gravada, constituindo a [gravação](#) áudio parte integrante do presente relatório.

Palácio de São Bento, em 9 de dezembro de 2019.



O PRESIDENTE,

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Fernando Ruas", is positioned below the text "O PRESIDENTE,".

(Fernando Ruas)